

## RESENHA

# As elites e as origens da democracia

**Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva**

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UECE e bolsista da FUNCAP. [robertbandeira81@gmail.com](mailto:robertbandeira81@gmail.com)

ALBERTUS, Michael. MENALDO, Victor. *Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

O final da segunda década dos anos de 2000 foi marcado por um retorno inesperado das condutas autoritárias, nos países democráticos. As práticas que questionam os direitos humanos como o reconhecimento das relações de gênero, a liberdade religiosa, o direito ao conhecimento, os pactos internacionais de imigração, enfim, os direitos civis, políticos e sociais são marcados por um retrocesso. Em outras palavras: algumas democracias estão retornando ao passado, a um lugar em que o direito à dignidade humana não existia, observou-se, assim, nesse período, a ascensão de uma política conservadora radical.

Há uma variedade de exemplos que justificam as afirmações anteriores, como a eleição de Donald Trump, marcada por discursos de ódios contra as minorias centralizados em uma postura nacionalista exacerbada. Um dos pontos críticos da política de ódio de Trump é a guerra contra os imigrantes, em especial os mexicanos, a partir de uma intenção de construir um muro que separa os Estados Unidos do México.

Em outro episódio, o presidente eleito da Polônia, Andrzej Duda, que dentre outras medidas polêmicas, sancionou uma lei em que a responsabilidade pela indicação do presidente da Suprema Corte polonesa fica a cargo do partido governista, o que possibilitou o controle da agenda judiciária do país. Ainda na Polônia Andrzej Duda aprovou uma polêmica lei que torna

crime atribuir aos poloneses qualquer papel no massacre de judeus na Segunda Guerra Mundial, o que faz com que a história seja reescrita, não pelos fatos, mas por uma lei de cunho autoritário.

Outro exemplo é a Hungria que, na figura do seu presidente János Áder, adotou o tom autoritário em suas políticas, a exemplo da lei dos escravos, que autorizou aos empregadores exigir até 400 horas de trabalho extra por ano dos seus empregados, cujo pagamento poderá ser feito em até três anos. Essas medidas são desrespeitosas dos direitos ora conquistados em décadas de democracia, o que representam traços nacionalistas exacerbado e a erosão dos direitos trabalhistas e de acesso à justiça, isto é, um controle do poder por poucos.

No Brasil, o ano de 2018 foi marcado por uma eleição que dividiu o país. Jair Bolsonaro foi eleito presidente com uma bandeira política nacionalista e repleta de discriminação contra a mulher, a comunidade LGBT, o negro e de completa erosão dos direitos trabalhistas e previdenciários, o que inflamou um apoio de mais da metade do eleitorado que validou o seu voto no pleito eleitoral. Essas bandeiras conservadoras radicais representam a defesa de políticas autoritárias que atacam diretamente a existência de muitas pessoas, a segurança jurídica isonômica e os direitos do ser humano de trabalhar e de se aposentar. Essa postura autoritária ficou bastante visível a partir do ano de 2015 quando a elite autoritária questionou o poder de mando de outra elite que estava no poder, que culminou no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff no ano de 2016.

Há muito em comum entre os países que adotaram nas suas políticas o tom autoritário. Além dos discursos de ódio contra as minorias e o nacionalismo exacerbado, o fator econômico, em particular e um retorno às políticas ortodoxas do liberalismo econômico alimentam os governos nacionais conservadores. Alguns dos países que adotaram a postura conservadora radical em suas políticas passaram por períodos de conduta oposta, como os Estados Unidos com Barack Obama e o Brasil com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Por quê essas democracias realizaram um retorno às práticas autoritárias? O que torna essas democracias frágeis? Essas são algumas das indagações realizadas por Michael Albertus e Victor Menaldo no seu *Authoritarianism and the*

*Elite Origins of Democracy*. Na mencionada obra, os autores destacam o papel proeminente das elites autoritárias de saída [*outgoing authoritarian elites*] na construção das democracias que emergiram de um regime autoritário, em particular na construção da institucionalidade democrática dos países, a primeira constituição democrática. Assim, os problemas de pesquisa dos autores são:

Por que a qualidade e a amplitude da democracia foram tão decepcionantes? Por que os níveis de desigualdade, pobreza e corrupção se tornam extremamente altos, mesmo décadas após as transições do autoritarismo? Por que muitas democracias fracassaram, tanto hoje quanto no passado, para viver de acordo com o potencial que tantas pessoas atribuem a elas (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. 3)?<sup>1</sup>

A presença das elites autoritárias (econômicas e políticas) é o elemento central para se obter as respostas as indagações anteriores. Em *Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy* Albertus e Menaldo têm como objetivo central compreender como as elites de saída influenciaram o sistema eleitoral, as regras legislativas, os modelos de federalismo, os desenhos das Cortes Supremas e as imunidades legais. O pressuposto da obra de Albertus e Menaldo é que, “[...] em termos de design institucional, a alocação de poder, o privilégio e as experiências vividas pelos cidadãos, fez com que a democracia muitas vezes não reiniciasse o jogo político após o deslocamento do autoritarismo”<sup>2</sup> (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. i), isto é: a democracia abriu o acesso a uma liberdade de expressão, de religião, por exemplo, mas limitou as decisões de políticas públicas a uns poucos privilegiados – a elite autoritária.

---

**1.** Do original: “Why has the quality and breadth of democracy been so disappointing? Why have levels of inequality, poverty, and corruption become alarmingly high, even decades after transitions from authoritarianism? Why have many democracies failed, both today and in the past, to live up to the potential that so many attribute to them?”

**2.** Do original: “that in terms of institutional design, the allocation of power and privilege, and the lived experiences of citizens, democracy often does not restart the political game after displacing authoritarianism”.

*Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy* é uma obra escrita a partir da experiência de Michael Albertus, professor da Universidade de Chicago, e de Victor Menaldo, professor da Universidade de Washington, com os estudos sobre política comparada, autoritarismo, democracia e transição de regimes governamentais. A obra foi dividida em introdução, sete capítulos e conclusão e abordam desde as concepções teóricas sobre elites, democracia, assim como exemplos empíricos da Suécia (capítulo 6 – *Sweden: From Agrarian Oligarchy to Progressive Democracy*) e do Chile (capítulo 7 – *Chile: From Authoritarian Legacies to a New Dawn?*) que passaram por experiências distintas de transições de regimes políticos ditatoriais para a democracia.

É importante destacar que essa é uma obra escrita por cientistas políticos, mas há, de forma evidente, um viés da Sociologia Política das Elites. Como destacou Maurice Duverger (1981, p. 21) a Ciência Política, enquanto ciência do poder, “[...] repousa [...] sobre uma noção sociológica”. Assim, na obra de Albertus e Menaldo o estudo das elites é a contribuição sociológica da obra, em particular uma sociologia política qual seja: demonstrar que as elites autoritárias detém o poder de influenciar as tomadas de decisões no momento de criar as regras dos regimes democráticos.

De acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 41), o povo prefere a democracia popular (em que os anseios do povo são convertidos em políticas efetivas), porém, na maioria das vezes, o regime democrático não é o que o povo espera, mas, de fato, torna-se um empreendimento desvirtuado pela elite e para as elites, “*Elite-biased democracy is created by elites, for elites*”.

De acordo com os autores, a arquitetura constitucional da democracia é determinada frequentemente por elites dos regimes autoritários no momento de transição para a democracia. Com isso, o resultado é que as democracias geralmente servem aos interesses das elites que elaboram o *design* constitucional à sua revelia, e que sempre busca se proteger dos avanços da participação cidadã efetiva nas decisões de políticas públicas. De acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 41), em uma democracia,

As massas podem ganhar maior voz política e liberdade para protestar, mas terão dificuldade em traduzir sua voz política em políticas que atendam

aos seus interesses econômicos. Por essa razão, as massas às vezes podem preferir uma ditadura volátil que lhes proporcione benefícios materiais em detrimento de uma democracia tendenciosa pela elite<sup>3</sup>.

Mas quem são essas elites autoritárias? São as elites econômicas (fabricantes, grandes proprietários de terras, executivos de empresas e outros atores privados cuja participação na atividade econômica gera rendas e receitas tributárias que podem ser compartilhadas com as elites políticas em exercício) e políticas do modelo autoritário de governo (o ditador e o círculo íntimo do ditador, os indivíduos que detêm o poder e governam o país. Dependendo do local e do tempo, isso pode significar uma junta militar e altos oficiais militares, líderes dos partidos, uma família extensa ligada ao ditador). O ponto de destaque é que as elites autoritárias não têm preferência ou por democracia ou por um regime autocrático, elas sempre mudam de postura à medida que são ameaçadas. As elites autoritárias não são necessariamente os juizes ou advogados que influenciam na confecção das leis, mas são os grupos que contratam pessoas especializadas e compram influência que altera o desenho institucional das políticas públicas de acordo com os seus interesses. De acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 30):

As elites políticas autoritárias e seus parceiros da elite econômica são os principais atores nas mudanças entre tipos de ditadura e, tipicamente, mudanças da ditadura para a democracia. Elas frequentemente continuam operando em segundo plano sob a democracia após uma transição da ditadura, assegurando um papel político e continuando a assegurar políticas econômicas favoráveis a elas<sup>4</sup>.

---

**3.** Do original: "The masses might win greater political voice and freedom from repression, but they will have difficulty translating their political voice into policies that meet their economic interests. For this reason, the masses can sometimes prefer a volatile dictatorship that delivers material benefits to them over an elite-biased democracy".

**4.** Do original: "Authoritarian political elites and their economic elite partners are the key actors in shifts between types of dictatorship and, typically, shifts from dictatorship to democracy as well.

Não há, na observação de Albertus e Menaldo (2018), elites e alianças elitistas perenes, depende muito da conjuntura temporal e do local em que elas se encontram. As elites políticas são agentes autônomos, elas têm seus próprios interesses e agendas políticas. Elas às vezes se aliam a um conjunto de elites econômicas e às vezes os traem em favor de um novo conjunto. Às vezes, eles fazem parceria com as elites econômicas incumbidas para sair de uma ditadura em termos favoráveis. Outras vezes, as elites políticas são deslocadas por elites econômicas de fora em um golpe palaciano, sob a ditadura ou democracia.

Nas elites econômicas - que não são necessariamente somente nacionais ou somente internacionais - podem-se observar tanto alianças entre elas como boicote de uma para com a outra. Podem fazer parceria com as elites políticas para sair de uma ditadura em condições favoráveis, consequentemente elas não preferem um tipo de regime, ditadura ou democracia, contanto que qualquer forma de governo lhes assegure políticas favoráveis. Com isso, o jogo político em que as elites estão envolvidas converge proporcionalmente com os seus interesses, uma simbiose política e econômica do poder de influenciar as relações de poder.

Com base nas análises de Albertus e Menaldo (2018, p. 277), as elites possuem um poder de fato, tal poder pode “[...] financiar campanhas políticas que promovem políticos conservadores para os cargos representativos e compram o apoio do judiciário em momentos críticos após a transição<sup>5</sup>” e até mesmo financiam campanhas publicitárias enaltecendo as instituições autoritárias como imprescindíveis para o bem da nação, como é o caso dos militares, na figura de guardiões da constituição democrática. É importante frisar, que o poder de fato não surge apenas no momento da transição de uma ditadura para uma democracia, mas que ele permanece sempre, em particular, para realizar a manutenção do jogo de interesses elitistas, seja na manutenção da democracia ou ainda um retorno à ditadura. Nas palavras dos autores, “[...]”

---

They often continue to operate in the background under democracy after a transition from dictatorship, securing a political role and continuing to win favorable economic policies”.

**5.** Do original: “[...] finance political campaigns that catapult conservative politicians into elected office, buy off the support of the judiciary at critical junctures after the transition”.

não é de surpreender que elas [as elites] possam orquestrar um golpe contra uma democracia popular que ameça seus interesses” (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. 277).

Como se tratam de elites atuando em terreno democrático, outro ponto importante para a compreensão do trabalho de Albertus e Menaldo (2018) são os conceitos de democracia abordados no capítulo capítulo 2 *Elites and the Causes and Consequences of Democracy*. Os autores, em sua obra, sintetizam a concepção de democracia em dois tipos, quais sejam: a) democracia com a influência das elites (*the elite-biased variety*), e; b) a popular (*the popular variety*).

O primeiro tipo, a democracia com influência da elite, tem os seus alicerces no regime ditatorial, os ditadores (as elites políticas autoritárias) tendem a temer um governo popular livre, por isso arquitetam uma constituição que os proteja contra golpes, contra insurreições civis, traições, motins e revoltas. De acordo com as análises históricas, “o destino dos ditadores de saída que são substituídos por um ditador posterior não é desejável: eles tendem a ser presos, baleados ou exilados<sup>6</sup>” (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. 39). Assim, em uma democracia do tipo *elite-biased*, as elites autoritárias influenciam as regras do novo sistema democrático com vista a defender os seus interesses.

As elites políticas que ajudam a conduzir uma transição para uma democracia *elite-biased* podem dispor de uma série de ferramentas para concretizar esses resultados: podem incorporar cláusulas de imunidade na constituição, subscrever autonomia militar ou a criação de um ramo judicial paralelo para assuntos militares se os militares for o seu fiel aliado, dificulta a proibição de antigos partidos políticos autoritários e criam regras eleitorais favoráveis que aumentam a probabilidade de que [os membros dos partidos autoritários] sejam eleitos para um cargo político<sup>7</sup> (grifo nosso).

6. Do original: “[...] the fate of outgoing dictators who are replaced by a succeeding dictator is not desirable: they tend to be imprisoned, shot, or exiled”.

7. Do original: “Political elites that help steer a transition to an elite-biased democracy can avail a host of tools to realize these outcomes: they can embed immunity clauses in the constitution, underwrite military autonomy or the creation of a parallel judicial branch for military affairs if the military is their

As elites econômicas autoritárias preferem uma democracia *elite-biased*, já que podem proteger com segurança seus direitos de propriedade e interesses econômicos da expropriação e da regulação hostil após a democratização. Elas, portanto, buscam uma representação política robusta, buscam leis de financiamento de campanha que lhes permitam patrocinar candidatos complacentes aos seus ideais, têm interesses nos assentos dos bancos centrais, perseguem o controle sobre agências de importação e exportação, sobre órgãos burocráticos que implementam barreiras aos produtos internacionais e podem aumentar sua taxa de retorno. Assim, no decorrer da história observaram-se, de acordo com Albertus e Menaldo (2018), constantes alianças entre as elites políticas e econômicas autoritárias, principalmente, contra os interesses das massas e das elites econômicas externas. O Chile é um exemplo desse modelo de democracia.

As elites externas têm interesses diretos em flexibilizar ou destruir o poder das elites autoritárias internas para que, assim, os seus interesses possam ser satisfeitos, mesmo que frequentemente realizem alianças com as elites autoritárias internas. As massas, por sua vez, podem ter a ânsia de vingança em relação aos ditadores e às políticas econômicas que se colocam contra a redistribuição social, por isso as elites de saída, do governo ditatorial, tendem a negociar governos de transição, para que ao adentrarem em uma democracia elas não venham sofrer com prisões, exílios, perda de capital, e assim, consigam manter o seu poder, mesmo sob a égide de um governo democrático.

Outro tipo de democracia sistematizada pelos autores é a popular. A democracia popular é favorável às massas, já que é nesse modelo que o povo tem maior probabilidade de ter os seus direitos garantidos, como a participação efetiva na tomada de decisões econômicas e políticas. Em longo prazo, de acordo com Albertus e Menaldo (2018), o tipo popular de democracia representa os interesses do eleitor mediano e dos cidadãos comuns, por outro lado, esse modelo não é receptível às elites autoritárias, já que nesse tipo de democracia, tais elites pagariam caro por suas condutas autoritárias, por meio de

---

staunch ally, make it difficult to ban erstwhile authoritarian political parties, and create favorable electoral rules that enhance the likelihood that they will be elected to political office”.



prisões, retaliações políticas e econômicas, enfim a perda do poder de influenciar as políticas nacionais. A Suécia é um exemplo trabalhado pelos autores.

Porém, qual a novidade que *Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy* apresenta? A novidade (*new insights*), que os autores apresentam, incide diretamente sobre as causas da democracia. Alguns estudos sobre as causas da democracia assentam-se de acordo com Keefer (2007) *apud* Albertus e Menaldo (2018) no legado das políticas clientelistas dos antigos ditadores que atua sob uma base patrimonial. Outro estudo que buscou a compreensão das causas da democracia apontado pelos autores foi a pesquisa de Acemoglu e Robinson (2001) *apud* Albertus e Menaldo (2018) que argumenta que a ameaça de um golpe persistente impede os democratas de buscar políticas que possam prejudicar os oligarcas e os ex-ditadores.

O que há de novo, de acordo com Albertus e Menaldo (2018), em relação a outros achados investigativos é que, na realidade das democracias, há a herança de uma institucionalidade constitucional erigida sob a égide das elites autoritárias.

As democracias muitas vezes herdaram instituições enviesadas pela elite do regime anterior que define as regras, de jure, do jogo durante o governo democrático. Essas instituições moldam a política pública sob a democracia e os resultados materiais vinculados a essas políticas. Em outras palavras, nosso mecanismo difere dos outros porque a desigualdade e outros resultados que se desviam das expectativas convencionais sobre a democracia são o retorno de políticos livres e justamente eleitos que jogam com as regras do jogo que lhes são impostas por seus predecessores autocráticos<sup>8</sup> (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. 140).

---

**8.** Do original: “Democracies often inherit elite- biased institutions from the previous regime that define the de jure rules of the game during democratic rule. These institutions shape public policy under democracy and the material outcomes tied to those policies. In other words, our mechanism differs from others in that inequality and other outcomes that deviate from conventional expectations about democracy are the result of freely and fairly elected politicians playing by the rules of the game imposed on them by their autocratic predecessors”.

O exemplo que é emblemático, que é anunciado desde o início do livro, é o que ocorreu com a África do Sul, em particular durante o *Apartheid*, em que as pessoas negras clamavam por acesso à terra, saúde, educação, emprego, pelo direito de votar e pelo fim da descriminalização que se baseava na raça, isso se traduzia no anseio das massas por uma abertura democrática, como a do tipo popular. Porém, no ano de 1994, quando os sul-africanos alcançam uma institucionalidade democrática o país foi governado por um acordo entre o Congresso Nacional Africano (*African National Congress*) e o Partido Nacional (*National Party*), este último remanescente do poderio que operacionalizou e governou o *Apartheid*, sem contar com o apoio popular.

Assim, o Partido Nacional tinha o poder de veto no desenho constitucional, o que na realidade, assumiu uma postura de uma democracia *elite-biased* e não, como desejavam os sul-africanos, popular. A elite autoritária sul-africana continuou após o *Apartheid* a ter forte influência sobre a política nacional, em particular os proprietários de terras, empresários do setor educacional e membros do Poder Judiciário. De acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 2),

a propriedade de grandes setores da economia e o controle do sistema educacional, bem como do judiciário, permaneceram em grande parte nas mãos das elites que reinaram sob o apartheid. Apesar de duas décadas de governo do ANC [African National Congress], a desigualdade no país é maior agora do que era no final do apartheid. A reforma agrária está algemada à burocracia e à resistência dos proprietários de terras recalcitrantes. Os negros representam 80% da população, mas ganham um sexto do que os cidadãos brancos ganham em média. De fato, com um Índice de Gini acima de sessenta e três [0,63], a África do Sul é o terceiro lugar mais desigual do planeta<sup>9</sup>.

---

9. Do original: "Ownership over major swathes of the economy and control of the education system as well as the judiciary have remained largely in the hands of those elites who reigned under apartheid. Despite two decades of rule by the ANC, inequality in the country is higher now than it was at the end of apartheid. Land reform is shackled by red tape and the resistance of recalcitrant landowners. Blacks make up 80 percent of the population, but they earn one-sixth of what white

Como já foi frisado anteriormente, as elites não são perenes, isto é, mesmo com uma emergente elite negra, não ocorreram mudanças significativas no jogo de poder sul-africano. Por que a nova elite negra sul-africana não buscou mudanças no *design* constitucional, dando voz efetiva às massas? De acordo com Albertus e Menaldo (2018), as novas elites tinham a preocupação de resguardar o seu novo *status* de riqueza, e para isso, utilizaram-se de artifícios de corrupção, favoritismo e repreensão ao trabalho dos cidadãos, em particular negros.

De acordo com afirmações anteriores, as massas que se encontram sob uma democracia do tipo *elite-biased* podem desejar um retorno à ditadura. A África do Sul é um desses exemplos, de acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 2), “como resultado [dos fracassos democráticos], muitos sul-africanos clamam por políticas muito mais radicais, como a redistribuição em larga escala imposta pelo Estado, mesmo que isso signifique abandonar a democracia que tanto lutaram para obter<sup>10</sup>”.

Outras questões que os autores exploram são sobre a história das transições democráticas no Chile e na Suécia. Com esses dois exemplos eles buscam demonstrar duas reações democráticas distintas - popular e *elite-biased* - que se encaixam em sua teoria de que as elites autoritárias detêm o poder de influência sobre a implementação e consequentemente sobre o *modus operandi* dessas democracias. A Suécia é um dos países mais igualitários do mundo, em que os partidos políticos que a governam têm interesses semelhantes em manter um acesso a saúde, educação, ao emprego com qualidade, o que a leva a ter um Índice de Gine de vinte e oito (0.28), um dos melhores do planeta. Diferente, de outros países ricos, como os Estados Unidos, a Suécia empreende uma política pública de partilha, isto é, redistributiva, o que leva a verificar que os governos suecos trabalham para a suas massas.

---

citizens earn on average. Indeed, with a Gini index above sixty-three, South Africa is the third most unequal place on Earth”.

**10.** Do original: “As a result, many South Africans now clamor for much more radical policies, such as large-scale redistribution imposed by the state, even if that means abandoning the democracy they fought so hard to obtain”.

Mas o que fez com que a Suécia alcançasse índices tão elevados na qualidade de vida para o seu povo? Algumas respostas foram levantadas pelos autores, quais sejam: a) de que a Suécia sempre foi uma nação igualitária (TILLY 1992 *apud* ALBERTUS; MENALDO, 2018); b) por conta da sua estrutura rural (TILLY 1992 *apud* ALBERTUS; MENALDO, 2018), e; c) por conta de sua histórica harmonia entre empregadores e empregados (IVERSEN; SOSKICE 2006 *apud* ALBERTUS; MENALDO, 2018).

Porém, a partir de uma análise histórica da Suécia, pode-se observar que entre os anos de 1900 e 1910 os suecos eram bastantes desiguais, sendo que a concentração de renda entre os 10% mais ricos só veio a decrescer após a Primeira Guerra Mundial. A Suécia nesse período era uma das nações mais desiguais da Europa, em particular, no que se referia a desigualdade de rendimentos.

Eis um pouco da história sueca, no final do século XVIII, uma forte crise fiscal precipitada pela participação da Suécia em guerras internacionais obrigou o Estado a taxar a nobreza pela primeira vez na história sueca. Um pouco mais tarde, em 1789, o rei aboliu privilégios nobres sem o consentimento da câmara nobre no parlamento. No início do século XX o governo introduziu impostos progressivos sobre renda, riqueza e herança, a fim de ajudar a custear o aumento dos gastos com a defesa após a Primeira Guerra Mundial. Essas mudanças políticas foram acompanhadas por mudanças institucionais, em particular no que tocava à participação do povo nas decisões políticas, mas o processo se deu de forma lenta.

No início do século XX, em 1911, a Suécia tornou-se uma democracia, logo após ampliar o sufrágio masculino em 1909, porém as elites autoritárias impuseram o seu poder de influência por meio da eleição indireta ao Senado e somente pessoas ricas poderiam concorrer ao um cargo de senador, com isso as elites autoritárias detinham o poder de veto na arquitetura constitucional da nascente democracia. De acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 176):

O resultado é que reformas institucionais específicas renderam os contornos gerais de uma rede de segurança social na Suécia, especialmente para assalariados que participam de grandes empresas que faziam parte

de um arranjo corporativista tripartido, mas dificilmente no que conhecemos como estado de bem-estar excepcionalmente progressista da Suécia. O último conjunto de reformas políticas delineadas anteriormente culminou em gastos sociais maciços e amplos, associados a uma maior segurança social ainda mais adiante<sup>11</sup>.

As mudanças surgiram quando grandes revoltas políticas na Alemanha e a queda do *kaiser* na conclusão da Primeira Guerra Mundial fortaleceram os anseios dos revolucionários e radicais suecos. Esses radicais exigiram a abolição da monarquia, do Senado, exigiram o fim do serviço militar universal e pressionaram pelo sufrágio universal. Com a revolução batendo à porta, as elites políticas e econômicas que estavam mantendo a democracia sentiram-se compelidas a comprometer-se e começaram a dismantelar muitos vestígios elitistas, iniciando por volta de 1921 e continuando até os anos 1930. Em 1970, a Suécia pôe fim a um ciclo de domínio pelas elites com a extinção do Senado, que era eleito de forma indireta.

O exemplo de prosperidade da Suécia passa pelas mãos das elites, mas em especial quando se sente ameaçada e não encontra saída para reforçar o seu poderio vê-se obrigada a partilhar poder para tentar sobreviver o que acarretou uma institucionalidade em prol das massas, tornando-se um exemplo de democracia popular.

Outro exemplo é o Chile, que representa o modelo *elite-biased* de democracia, em que as elites autoritárias detêm o poder de veto na arquitetura constitucional. Desde o início dos ciclos de transição para a democracia no Chile foram presenciadas verdadeiras batalhas campais de facções duelistas das elites econômicas poderosas, atores políticos egoístas e as massas. Mesmo com a democratização do Chile em 1990, muitas marcas legais assolaram a

---

**11.** Do original: "The upshot is that specific institutional reforms yielded the broad contours of a social safety net in Sweden, especially for wage earners participating in large firms that were part of a tripartite corporatist arrangement, but hardly into what we know as Sweden's exceptionally progressive welfare state. The later set of political reforms outlined previously culminated in massive and broad-based social spending coupled with an enhanced social safety even further down the line".

constitucionalidade chilena, a exemplo de uma esmagadora maioria para aprovar reformas constitucionais, senadores não eleitos e apoiadores do regime ditatorial de Pinochet, que se traduz em um poder de veto na institucionalidade constitucional, o que dificulta a implementação de reformas favoráveis às massas.

Outros pontos em que as elites autoritárias puderam influenciar a partir dos amplos contornos institucionais do acordo de transição que guiaram a democratização do Chile em 1990 foi o de permitir que Pinochet e a maioria dos funcionários do alto escalão não fossem considerados culpados por suas condutas, ficando livres de punição e que até florescessem política e economicamente, como de fato ocorreu. A política monetária chilena continuou conservadora, como a imposta por Pinochet no auge do seu governo, o que incluía uma extraordinária independência do Banco Central e o impedimento que o legislativo teve de aumentar o seu orçamento. Em síntese, de acordo com Albertus e Menaldo (2018, p. 241), “a estabilidade macroeconômica, a ênfase nas exportações agrícolas e a inserção nos mercados internacionais [do Chile] continuaram sendo a pedra angular das políticas governamentais<sup>12</sup>” o que o afasta de um modelo popular de democracia e o caracteriza como um modelo *elite-biased* de democracia.

O último capítulo, de maneira geral, trata de uma análise entre o modelo de democracia (popular ou *elite-biased*) com a formação das nações, se foram colonizadas ou ocupadas por estrangeiros. De forma sintética, Albertus e Menaldo (2018) encontram uma correlação, na maioria dos países que foram colonizados ou tiveram ocupação estrangeira, com a democracia do tipo *elite-biased*, em particular, na manutenção dos interesses das elites autoritárias, porém não é um determinante, nem de transição, tampouco de continuação do ciclo democrático.

Albertus e Menaldo (2018), concluem o livro afirmando que a democracia enquanto governo do povo e para o povo é uma falsa promessa. De fato, o que existem são modelos em que as decisões passam por elites autoritárias e que as democracias, mesmo que não completas, são melhores que

---

**12.** Do original: “Macroeconomic stability, an emphasis on agricultural exports, and insertion into international markets have remained the cornerstone of government policies”.

os governos ditatoriais pois “a democracia permite uma maior representação popular, mesmo que seja incompleta, e a concorrência, ainda que restrita, normalmente, liberta os cidadãos da ameaça de detenção arbitrária ou inventada e permite que falem o que pensam<sup>13</sup>” (ALBERTUS; MENALDO, 2018, p. 283).

A conclusão dos autores nos remete *a priori* ao conceito de poliarquia cunhado por Robert Dahl (2015) – que difere as democracias ideais das existentes – porém, a investigação dos americanos diverge da proposta analítica e metodológica de Dah uma vez que analisa aquilo que o autor da Poliarquia critica: o elitismo. Por outro lado, a proposta da análise elitista de Albertus e Menaldo (2018) diferencia-se da criticada por Robert Dahl (a elite enquanto uma classe dirigente) e, ao invés disso, os autores de *Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy* visualizam uma influência da elite autoritária, que depende do tempo e do local, na institucionalidade democrática, o que impede, muitas vezes, as massas de concretizarem o que elas desejam em termos de política.

Outra diferença que pode-se destacar, dá-se em relação à teoria de Schumpeter (2017), que enxerga a democracia como um modelo de disputas de elites para formar governos, no caso trabalhado por Albertus e Menaldo (2018), o modelo de formação de governos é produto dos arranjos institucionais arquitetados pelas elites autoritárias.

Por fim, *Authoritarianism and the Elite Origins of Democracy* é muito útil para entender não somente as transições dos modelos ditatoriais para os democráticos, como serve para interpretar as constantes coalizões conservadoras que ocupam as democracias atualmente. A obra de Albertus e Menaldo (2018) é uma ótima bússola para a compreensão do que ocorreu no Brasil desde o ano de 2015, com direito a *Impeachment*, um governo tampão, que teve o papel de desarticulador das políticas redistributivas adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores até a eleição de Jair Bolsonaro, um representante da política conservadora radical, que não demonstra projeto algum para mitigar as mazelas sociais que assolam as massas brasileiras, mas que está de “braços e abraços” com as elites autoritárias.

---

**13.** Do original: “Democracy allows for greater popular representation, even if it is incomplete, and competition, even if constrained. It typically frees citizens from the threat of arbitrary or trumped-up detention and allows them to speak their minds”.

## Referências

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EdUSP, 2015.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política**: teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: EdUnesp, 2017.

**Recebido:** 01/09/2018

**Aceito:** 02/10/2018